



CÂMARA MUNICIPAL DA CACHOEIRA
Cidade Heróica (Lei Provincial Nº43 de 13/03/1837)
Cidade Monumento Nacional (Decreto 68045, de 18-01-1971)
ESTADO DA BAHIA

EMENDA MODIFICATIVA Nº41 /2025

Modifica o artigo 6º do Projeto de Lei Orçamentária Anual de 2026, limitando a autorização para abertura de créditos suplementares pelo Poder Executivo ao percentual máximo de 50% (cinquenta por cento) do total das despesas fixadas.

Art. 1º

O artigo 6º do Projeto de Lei passa a vigorar com a seguinte redação: Art. 6º – Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir créditos adicionais suplementares destinados ao reforço de dotações orçamentárias, até o limite máximo de 50% (cinquenta por cento) do total das despesas fixadas por esta Lei, observadas as disposições da Lei Federal nº 4.320/64 e da Lei Complementar nº 101/2000.

§ 1º – A abertura de créditos suplementares acima do limite previsto neste artigo dependerá de autorização prévia da Câmara Municipal, mediante projeto de lei específico.

§ 2º – O Executivo deverá encaminhar ao Legislativo, a cada quadrimestre, relatório demonstrativo das alterações orçamentárias realizadas, discriminando dotações anuladas, reforçadas e o percentual utilizado do limite autorizado.

Artigo 2º

Esta Emenda entra em vigor na data de sua aprovação.

Sala das Sessões da Câmara, 20 de outubro de 2025.

PAULO CEZAR REIS LEITE
Vereador – autor

JUSTIFICATIVA

EMENDA MODIFICATIVA

Nº 01/2025 Ao Projeto de Lei nº 40/2025 – LOA 2026

A presente Emenda Modificativa tem por objetivo garantir o equilíbrio entre os poderes Executivo e Legislativo na execução orçamentária do Município de Cachoeira, por meio da limitação da autorização para abertura de créditos suplementares ao percentual máximo de 50% (cinquenta por cento) do total das despesas fixadas na Lei Orçamentária Anual.

O texto original do Projeto de Lei permite que o Poder Executivo abra créditos suplementares de até 100% do orçamento, o que, na prática, esvazia o papel fiscalizador e deliberativo do Legislativo, transformando a Lei Orçamentária em um simples instrumento formal, sem controle efetivo sobre as prioridades de gasto.

A limitação proposta observa os princípios da Lei Federal nº 4.320/64, que estabelece normas gerais de direito financeiro, e da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000), que reforça os princípios de planejamento, transparência e controle democrático das finanças públicas.

Com o limite de 50%, o Executivo mantém margem razoável para remanejamentos orçamentários necessários à boa gestão, mas passa a depender de autorização da Câmara para alterações substanciais, garantindo maior transparência, planejamento e respeito às prioridades aprovadas no orçamento.

Além disso, a exigência de relatórios quadrimestrais de execução possibilita que a Câmara e a sociedade acompanhem a realocação de recursos públicos, fortalecendo o controle social e a boa governança fiscal. Por essas razões, solicita-se o apoio dos nobres pares para a aprovação desta Emenda, em defesa do princípio da legalidade orçamentária, da independência dos poderes e da responsabilidade na gestão dos recursos públicos municipais.

Sala das Sessões da Câmara, 22 de dezembro de 2025.